

AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

#### PROCESSO № 015/2019

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

### TIPO DE LICITAÇÃO – MENOR PREÇO POR ITEM

### **ESPECIFICAÇÕES**

A Secretaria de Saúde do Município de Antônio Carlos/MG, com sede na Av. Henrique Diniz nº 348, Centro, CEP 36.220-000, inscrito no CNPJ 10.546.524/0001-36, torna público que se acha aberta a presente licitação para contratação do objeto informado na cláusula 1, cuja direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro designado pela Portaria 004/2019, em sua sede, LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/93, e suas modificações, e as condições deste instrumento convocatório.

A sessão pública de julgamento será na sede da Secretaria de Saúde, no dia **08/07/2019**, **às 08:30 horas**, sendo que os envelopes contendo a habilitação e proposta deverão ser entregues no horário mencionado, na Av. Henrique Diniz nº 348, Centro, Antônio Carlos/MG, CEP 36.220-000.

#### 1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PNEUS para suprir as necessidades da secretária municipal de saúde, pelo período de 12 (doze) meses, conforme relação e valores estimados abaixo:

saude, p	pelo periodo de 12 (doze) meses, comorme relação e valores estimados abaixo.				
Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Valor Unit. Estimado	
1	16	Unid.	Pneu radial 175/70R13, com profundidade de sulco de no mínimo 7,8mm e 4 lonas	R\$ 261,19	
2	16	Unid.	Pneu radial 175/70R14, com profundidade de sulco de no mínimo 7,8mm e 4 lonas	R\$ 309,63	
3	12	Unid.	Pneu 175/70R14 cargo, com profundidade de sulco de no mínimo 7,8mm e 4 lonas	R\$ 346,45	
4	12	Unid.	Pneu 195/65R15, com profundidade de sulco de no mínimo 7,8mm e 4 lonas	R\$ 374,95	
5	12	Unid.	Pneu radial 195/65R15 cargo, com profundidade de sulco de no mínimo 7,8mm e 4 lonas	R\$ 374,95	
6	12	Unid.	Pneu radial 195/55/15, com profundidade de sulco de no mínimo 7,8mm e 4 lonas	R\$ 380,30	
7	8	Unid.	Pneu 205/75R16, com profundidade de sulco de no mínimo 9mm e 8 lonas	R\$ 610,63	
8	10	Unid.	Pneu 215/75R17,5, com profundidade de sulco de no mínimo 9mm e 8 lonas	R\$ 923,95	
9	2	Unid.	Pneu 90/90R21	R\$ 304,58	
10	2	Unid.	Pneu 110/80R18	R\$ 352,70	

<sup>1.2.</sup> Os licitantes devem realizar o fornecimento nas condições deste Edital.

### 2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para fazer face às despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária abaixo:

03.010.001.10.301.0004.2.559.3.3.90.30.00 03.010.001.10.302.0003.2.558.3.3.90.30.00 03.010.001.10.301.0003.2.570.3.3.90.30.00 03.010.001.10.305.0010.2.582.3.3.90.30.00 03.010.002.10.122.0001.2.552.3.3.90.30.00

AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000 FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

### 3 – DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

Não poderá participar desta licitação quem esteja em situação jurídica impeditiva de contratar com o Poder Público ou com a Administração, declarado(a) inidôneo ou enquadrado no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### 4 – DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 4.1. O licitante poderá vir representado por seu administrador ou por mandatário, limitado a uma pessoa, com poderes para praticar todos os atos relativos às etapas do pregão, principalmente para formular propostas, apresentar recursos e impugnações.
- 4.2. Os poderes de representação deverão ser demonstrados junto ao Pregoeiro por meio de instrumento público ou particular, comprovado com a carteira de identidade do representante e o instrumento de constituição da sociedade empresária (contrato social ou estatuto), que deverá constar os poderes à assunção de obrigações em nome da pessoa jurídica. Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração deverão postar documentos que supra a exigência. Tais comprovantes assim como a Carta Credencial devidamente assinada deverão estar fora dos envelopes de Proposta e Documentos.
- 4.3. A falta de clareza nos poderes para a oferta de lances implicará na impossibilidade de o licitante formulá-los, aplicando-se a regra do item seguinte. Recomenda-se, para evitar enganos, a adoção do modelo de Carta Credencial Anexo III deste edital.
- 4.4. O licitante que não cumprir as exigências de representação não poderá formular ofertas verbais e nem interpor recursos, valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita, desde que obedecido o constante na legislação vigente.
- 4.5. Os documentos necessários ao credenciamento de representante poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas ou por servidor designado para tal.
- 4.6. A declaração de cumprimento das condições de habilitação (Anexo IV) devidamente assinada deverá estar fora dos envelopes de proposta ou de documentos, devendo ser entregue ao Pregoeiro na abertura da sessão e servirá como pré-requisito à sua participação no certame.

### 5 – DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS E DE DOCUMENTAÇÃO

5.1. A proposta de preço e os documentos de habilitação deverão ser entregues na data e horário fixado no <u>preâmbulo</u> deste instrumento em envelopes distintos, opacos, fechados (com cola ou lacre) e com os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL
CNPJ
À PREFEITURA DE ANTÔNIO CARLOS
PROCESSO Nº 015/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL
CNPJ
À PREFEITURA DE ANTÔNIO CARLOS
PROCESSO Nº 015/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

5.2. Não havendo expediente na data marcada ou outro fato superveniente que impeça a realização do certame, fica a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, conservando há mesma hora e local, se outra data ou horário não forem estabelecidos pela Administração.



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000 FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

### 6 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou impressa em papel timbrado da proponente, em única via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem ser rubricadas e a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da licitante e dela deverão constar:
  - I O nome comercial da proponente, número do CNPJ, endereço, telefone, e-mail etc;
- II Preços unitário e total dos itens, limitados a duas casas decimais após a vírgula, expressos em moeda nacional, em algarismos e por extenso (prevalecendo esta forma em caso de discordância), devendo estar inclusas todas as despesas concernentes a tributos, e outras necessárias:
- III Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;
  - IV Marca dos itens;
  - V Declaração de conhece e acata todos os temos do edital;
- 6.2. Não serão aceitas propostas: alternativas, submetidas a termo, condição ou encargos ou com preços indeterminados.
- 6.3. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, salvo as alterações dos preços decorrentes da etapa de lances ou a correção de meros erros formais.
  - 6.4. Poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro erros meramente aritméticos;
- 6.5. A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.
- 6.6. Se da proposta constar condições de execução mais vantajosas que as exigidas neste edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual.

### 7 – DOS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

7.1. Documentos necessários à habilitação no certame, observado os incisos XIII e XIV do art.  $4^{\circ}$  da Lei 10.520/02, ressalvadas ainda, as peculiaridades dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar  $n^{\circ}$  123, de 14 de dezembro de 2006.

#### 7.1.1. Quanto à Pessoa Jurídica

#### 7.1.1.1. Habilitação jurídica:

- I Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II Documento de identificação com foto dos sócios ou do sócio administrador;
- III Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado e com as devidas alterações, se houver em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

#### 7.1.2. Regularidade fiscal:

- I Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II Certidão Negativa de Débito relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, incluindo contribuições previdenciárias e de terceiros (novo modelo);
  - III Certidão Negativa Estadual, relativa à sede da licitante;
  - IV Certidão Negativa Municipal, relativa à sede da licitante;
- V Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS);
  - VI Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

### 7.1.4. Qualificação econômico-financeira:

- I Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes prevista no preâmbulo deste Edital.
- II Balanço patrimonial do último exercício contábil já exigível (2018), devidamente registrado na Junta Comercial, vedada a apresentação de balancetes.
- 7.1.5. Declarações diversas (modelo no ANEXO VI).



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

- 7.2. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório competente ou pelo Pregoeiro. Neste último caso, os originais deverão ser apresentados quando da abertura do envelope de habilitação a fim de comprovar sua autenticidade.
- 7.3. Os artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, se referem ao acesso aos mercados das microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.4. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas desde que não possibilitem a participação e habilitação em processos licitatórios.

#### **8 – DO PROCEDIMENTO**

- 8.1. No dia, hora e local fixados no preâmbulo deste o Pregoeiro instaurará a sessão pública destinada ao credenciamento dos representantes, ao recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação e, ainda, à realização do procedimento licitatório.
- 8.2. Inicialmente será verificado o credenciamento dos representantes, devendo o Pregoeiro motivar suas decisões quanto a esta fase, consignando-as em ata. O Pregoeiro declarará o encerramento do credenciamento, momento em que não mais serão aceitas propostas e/ou licitantes remanescentes.
- 8.3. Após o credenciamento, serão acolhidas as declarações de cumprimento às exigências habilitatórias (modelo no Anexo III).
- 8.4. O Pregoeiro receberá e verificará a regularidade dos envelopes trazidos pelos licitantes, observando o preenchimento dos requisitos fixados neste edital.
  - 8.5. Recebidos os envelopes, não será permitida a desistência da proposta.
- 8.6. Em seguida, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas de preços, a fim de verificar o cumprimento das condições formais e materiais deste Edital, devendo ser desclassificadas, as que estiverem em desacordo.
- 8.7. As propostas de preços válidas serão ordenadas em ordem crescente de preços, e serão eleitos para participar da fase de lances o autor da proposta de preço mais baixo e os que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente ao menor preço.
- 8.8. Se não existirem, no mínimo, três propostas escritas que atendam às condições previstas no item anterior, serão selecionadas para a fase de lances os autores das três melhores propostas, quaisquer que sejam os preços. Em caso de empate na terceira posição todas participarão da etapa de lances.
- 8.9. Se, com os critérios acima, não for possível a obtenção do número mínimo de três proponentes, o certame transcorrerá normalmente com dois licitantes na fase de lances. Havendo o comparecimento de um único interessado ou uma só proposta admitida, o Pregoeiro dará continuidade ao procedimento sem a realização da fase de ofertas verbais, aplicando os dispositivos deste edital relativamente à aceitabilidade da proposta, habilitação, negociação do preço ofertado e à adjudicação.
- 8.10. A fase de lances se processará em rodadas consecutivas, nas quais os representantes dos licitantes selecionados poderão formular, sucessivamente, ofertas verbais, por meio de descontos, na oportunidade de cada um, até que se obtenha o menor preço possível para cada item.
  - 8.11. Os licitantes só poderão ofertar um lance por rodada.
- 8.12. O primeiro lance caberá ao autor da proposta selecionada de maior preço. Em seguida os demais na ordem subseqüentes.
- 8.13. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem valores iguais, para se estabelecer a ordem de oferta de lances, serão realizados sorteios, cujos vencedores deverão assumir os lugares subsequentes.
- 8.14. Os lances deverão ter seus valores distintos e mais reduzidos do que os propostos anteriormente.



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

- 8.15. A formulação de lances não é obrigatória. A eventual recusa do licitante em ofertar lance, quando convidado, implicará na sua exclusão da fase de lances nas rodadas posteriores. Contudo, o preço da proposta escrita ou do último lance formulado será mantido.
- 8.16. Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 8.17. Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita.
- 8.18. Quando convidado a ofertar seu lance, o representante do licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto valer-se de telefone celular. O tempo concedido não poderá exceder 3 (três) minutos.
- 8.19. O Pregoeiro deverá registrar os lances ofertados, sendo permitido o uso de meios eletrônicos de gravação.
- 8.20. Quando for obtido o menor preço possível para o item, a etapa de lances será concluída.
- 8.21. Declarada encerrada a fase de lances, o Pregoeiro procederá à classificação dos licitantes, considerando os valores lançados, e examinará a aceitabilidade da menor proposta, quanto ao objeto e ao preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.22. Se a proposta do primeiro classificado for aceita, o Pregoeiro deverá abrir o respectivo envelope de documentação com o fim de confirmar as condições habilitatórias, consoante às exigências deste Edital.
- 8.23. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 8.24. Se a oferta de menor preço não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente. O Pregoeiro continuará semelhante procedimento seguindo a ordem de classificação, até encontrar uma proposta que atenda a este Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- 8.25. Nas situações previstas nos subitens 8.15, 8.20 e 8.23, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 8.26. A adjudicação imediata do objeto ao vencedor somente será feita pelo Pregoeiro se não houver manifestações recursais.
- 8.27. A adjudicação do objeto ao vencedor não produz o efeito liberatório dos demais licitantes classificados, que somente se desvincularão e terão sua documentação habilitatória devolvida após a assinatura do contrato pelo adjudicatário.
  - 8.28. Após a adjudicação, caberá à autoridade superior homologar o procedimento.

#### 9 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS

- 9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão até 02 (dois) dias úteis anteriores ao dia do certame.
- 9.2. A apresentação de impugnação contra o presente edital será protocolada na repartição desta prefeitura e será processada e julgada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será o mesmo republicado, caso importe em modificação das propostas, e designada nova data para a realização do certame.
- 9.4. Os recursos sobre os procedimentos de análise de proposta e documentos de habilitação deverão ser interpostos imediatamente na sessão, devendo o interessado indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata, sob pena de decadência de seu direito.
- 9.5. O Pregoeiro indeferirá liminarmente recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não possua poderes, devendo tal decisão ser consignada em ata.
- 9.6. Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na sessão, o licitante poderá juntar no prazo de 03 (três) dias úteis razões recursais, contendo razões que reforcem



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000 FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

os fundamentos iniciais. Não será permitida nas razões recursais a extensão do recurso a atos não impugnados.

- 9.7. Os demais licitantes ficam intimados na própria sessão e poderão apresentar suas contrarrazões no mesmo lapso do item anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente.
  - 9.8. O recurso contra ato do Pregoeiro e de sua equipe de apoio terá efeito suspensivo.
- 9.9. A falta de manifestação recursal imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 9.10. Preenchidas as condições de admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:
- I O Pregoeiro aguardará os prazos destinados à apresentação das razões recursais e contrarrazões;
- II Encerrados os prazos, o Pregoeiro irá analisar o recurso, suas razões e contrarrazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo fazê-lo subir para a autoridade superior devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.
- 9.11. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.12. As razões dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/MG.
- 9.13. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede do Município, no endereço supracitado.
- 9.14. Decididos os recursos, a autoridade competente adjudicará e homologará para determinar a contratação.

### 10 - DO PREGOEIRO

- 10.1. Compete ao Pregoeiro a condução do certame, em todas as suas etapas, incumbindo-lhe os atos decisórios de cada fase.
- 10.2. O Pregoeiro exercerá o Poder de Polícia, podendo determinar a abstenção de qualquer ato que embarace o procedimento, pedir silêncio e determinar a saída de pessoas (licitantes, representantes ou interessados), quando de postura inadequada e abusiva.
- 10.3. O Pregoeiro será auxiliado pela equipe de apoio em todas as etapas do procedimento licitatório.

### 11 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. A adjudicação em favor da licitante vencedora será feita pelo Pregoeiro no final da sessão e registrada em ata.
- 11.2. Quando houver a participação do Microempresas (ME) ou das Empresas de Pequeno Porte (EPP), será observado o disposto na Lei Complementar 123/2006.
- 11.3. Em havendo recurso submetido à autoridade superior competente, na forma do subitem 9.10 deste edital, a adjudicação será feita pela Autoridade Superior.
- 11.4. A homologação em favor da licitante adjudicada nesta licitação será feita pela Autoridade Competente, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

### 12 – CONDIÇÕES GERAIS PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Homologada a licitação, a Administração convocará por escrito o adjudicatário para no prazo de 5 (cinco) dias após a publicação da homologação, assinar Ata de Registro de Preços que obedecerá ao disposto neste Edital e legislação vigente.
- 12.2. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar a ARP, retomar a Sessão Pública e convidar os demais



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000 FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

- 12.3. Decorrido o prazo do item 12.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura da Ata, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:
  - I Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta.
- II Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 12.4. A multa de que trata o item 12.3 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 12.5. A vigência da ARP será de <u>12 (doze) meses</u> contados da data de assinatura do instrumento, se constituído a ata em promessa de contratação, isto é, a contratação é facultada.

### 13 – DAS OBRIGAÇÕES

### 13.1. A Contratada obrigar-se-á:

- 13.1.1. Executar a Ata de Registro de Preços em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços.
  - 13.1.2. Realizar os procedimentos, obedecendo rigorosamente o descrito na proposta.
- 13.1.3. Manter durante a execução da ARP em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.1.4. Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como profissionais, pessoal, obrigações sociais e trabalhistas,transportes entre outros.
- 13.1.5. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, promovidos por si ou por terceiro sob seu mando ou responsabilidade, na utilização dos serviços.
- 13.1.6. Comunicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as impossibilidades de atendimento, salvo as motivadas por força maior, que serão justificadas por relatórios.
- 13.1.7. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal durante a execução da ARP.
- 13.1.8. Efetuar a entrega dos pedidos no prazo máximo de até **15 (quinze) dias úteis** a contar da emissão da OC ordem de compras, devendo os pneus ser entregues na sede da Secretaria do Município.
- 13.1.9. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade dos produtos e inclusive do seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe a empresa efetuar a troca dos produtos nos termos do Edital e da legislação vigente.
- 13.1.10. Os produtos que forem entregues em desconformidade, serão rejeitados deverá(ão) ser substituídos e entregues no local, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.

#### 13.2. O Município de Antônio Carlos obrigar-se-á:

- 13.2.1. Efetuar o pagamento na forma pactuada neste instrumento.
- 13.2.2. Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução da ARP.
  - 13.2.3. Supervisionar a execução da ata nos termos pactuados.
- 13.2.4. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora/fornecedora, bem como, para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
  - 13.2.5. Designar um gestor para acompanhar a execução da Ata.



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000 FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

- 13.2.6. Comunicar imediatamente a ciência do fato, qualquer descumprimento das cláusulas contratuais.
- 13.2.7. Conferir e atestar as notas fiscais, e posteriormente encaminhar para autorizar o pagamento.

#### 14 – DA RESCISÃO

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida em virtude dos motivos estabelecidos no art. 78 da lei nº 8.666/93 ou Decreto que regulamente a matéria, compatíveis com o objeto contratado.

#### 15 – DO PAGAMENTO

- 15.1. O valor máximo definido para o presente processo licitatório é de R\$ 42.292,02 (quarenta e dois mil duzentos e noventa e dois reais e dois centavos).
- 15.2. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias contados do recebimento e após conferência do setor responsável com seu devido ateste, devendo ser emitida na entrega dos produtos, conforme as OC ordem de compras.
- 15.3. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, será contado prazo de pagamento a data da sua reapresentação.
- 15.4. O pagamento estará condicionado à apresentação da certidão de regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no parágrafo segundo do Artigo 71 da Lei 8.666/93.
  - 15.5. Todos os pagamentos serão efetuados na sede do município.
- 15.6. A nota fiscal deverá discriminar todas as quantidades e especificações do produto, bem como a licitação originária.
- 15.7. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.
  - 15.8. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

### 16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela Ordem de Compras (OC), sujeitará a contratada, às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais se destacam:
  - I Advertência;
- II Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor da Ordem de Compras, por dia de atraso injustificado na execução da mesma observada o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- III Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da Ordem de Compras, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- IV Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, no prazo de até 02 (dois) anos;
- V Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado a detentora da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.
- 16.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal.
- 16.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "I", "IV" e "V", do item 16.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
- 16.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido à Prefeitura Municipal, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

16.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

### 17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 17.2. Fica assegurado ao município o direito de no interesse da Administração anular ou revogar a qualquer tempo no todo ou em parte esta licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 17.3. As proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o município não será em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no município.
- 17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão;
- 17.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato:
- 17.8. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos, serão atendidos pelo (a) Pregoeiro (a) ou Equipe de Apoio no horário das 12:00h às 17:00h, na sede do município a Rua João Amorim, nº 160, Bairro Centro, fone/fax (32) 3346-1255.
- 17.9. Este Edital se completa com as regras e princípios da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93.
  - 17.10. Este edital contém os seguintes anexos:
- **Anexo I** Modelo de Credenciamento;
- **Anexo II** Modelo de declaração de cumprimento de requisitos de habilitação, conforme art. 4°, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520/2002;
- **Anexo III** Modelo de declaração M.E./E.P.P;
- **Anexo IV** Modelo de proposta comercial;
- **Anexo V** Modelo de declarações diversas;
- Anexo VI Minuta Da Ata de Registro de Preços;
- 17.11. Fica estabelecido o Foro da Comarca de Barbacena, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Antônio Carlos	de	de 2019
Antonio Carios	ne -	0 <del>0</del> 2019

Raimundo Nonato Marques Prefeito Municipal



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

# **ANEXO I**

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE
PREGÃO PRESENCIAL № 015/2019 PROCESSO № 015/2019
MODELO CARTA CREDENCIAL PARA ACOMPANHAR A ABERTURA DAS PROPOSTAS
PROPONENTELOCAL E DATA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - MG Assunto: Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de pneus.
Designação,
O abaixo assinado,, Carteira de Identidade no, na qualidade de responsável legal pela empresa, cn, vêm pela empresa, cn, vêm pela empresa, vêm pela empresa
inerentes ao certame, em especial poder de renunciar ao direito de interposição de Recurso.  Atenciosamente,
Nome e Assinatura do Responsável Legal pela PROPONENTE.
Nome e Assinatura do REPRESENTANTE



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

### **ANEXO II**

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE					
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIM NOS TERMOS DO ART. 4º, VII LEI Nº 10.520/0	ENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS 2.				
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019	PROCESSO № 015/2019				
O representante legal da E qualidade de proponente do procedimento licitat Nº 015/2019, instaurado pela Prefeitura Municip direitos que a referida empresa cumpre plenar respectivo edital de licitação.	rório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL pal de Antônio Carlos/MG, declara para fins de				
Local, (da	ata)				
Assinatura do Re	sponsável Legal.				



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

### **ANEXO III**

# MODELO DE DECLARAÇÃO SOMENTE PARA

### MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

(NOME DA EMPRESA)		, CNPJ
	, com sede(endereço completo)_	
representante legal, para	fins do Pregão Presencial nº 015/2019	, DECLARA expressamente,
sob as penalidade cabívei	s, que:	
A) Encontra-se enquadrad	da como empresa de Micro e Pequeno P	orte ou Micro Empreendedor
Individual, nos termos do a	art. 3º da Lei Complementar 123/2006;	
obrigatoriedade de declar	s Artigos 42 a 45 da Lei Complementar rar ocorrências posteriores impeditivas d do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 12	de tal habilitação e que não
	,	_de
	(assinatura do representante legal)	
Nome ou carimbo do decla	arante:	
	arante:	
Nº da cédula de identidad	e:	
	a contato:	

\*Esta declaração deverá ser entregue fora dos envelopes e por ocasião do credenciamento.



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

## **ANEXO IV**

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE							
F	PREGÃO PRESENCIAL № 015/2019 PROCESSO № 015/2019						
		REC	GISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO	DE PNE	US		
			MODELO DE PROPOSTA				
CNPJ: ENDEF DADOS	RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:  CNPJ: ENDEREÇO: DADOS BANCÁRIOS: VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS						
Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Valor Unit.	TOTAL		
1		Unid.					
* Idem para os demais itens.							
<u>Obs.:</u> Declaramos que aceitamos e estamos de acordo com todas as condições, especificações, valores, quantidades, etc. estabelecidas neste edital.							
Local	e data						

Carimbo da empresa/ Assinatura do responsável



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

### **ANEXO V**

TIMBRE DA	EMPRESA	DARTIC	IDVVIL
I IIVIDHE DA	CIVILLEON	FADIIC	/IFAINIE

## **MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS**

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019 - PROCESSO Nº 015/2019

Empresa, inscrita no CNPJ nº, po						
intermédio de seu representante legal, o Sr portador da						
Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA sob as penas						
da lei:						
a) ATENDIMENTO AO ART. 27, INCISO V DA LEI 8666/93, acrescido pela Lei 9854, de						
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno						
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos;						
b) INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO: que até a presente data						
inexiste(m) fato(s) impeditivo(s) para habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de						
declarar ocorrências posteriores;						
c) CONHECIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: ter recebido todos os						
documentos e informações, conhecer e acatar as condições para cumprimento das						
obrigações objeto da Licitação;						
Local e data						
(Nome- Identidade – CPF/CNP,I do declarante)						

OBS: A presente declaração deverá ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

### **ANEXO VI**

### MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria de Saúde do Município de Antônio Carlos/MG, com sede na Av. Henrique Diniz nº 348, Centro, CEP 36.220-000, inscrito no CNPJ 10.546.524/0001-36, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações posteriores, a Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, e lei nº 9.648 de maio de 1988, referente ao processo licitatório nº 004/2019 — Pregão Presencial nº 004/2019, **RESOLVE REGISTRAR PREÇOS VISANDO FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PNEUS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAUDE,** de acordo com as descrições detalhadas, quantitativos, e demais condições estabelecidas neste instrumento, por um período de 12 (doze) meses a contar da assinatura.

**EMPRESA CLASSIFICADA:** 

CNPJ:

**ENDERECO:** 

REPRESENTANTE LEGAL:

Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Valor Unit.	TOTAL

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

- 1.1. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias contados do recebimento e após conferência do setor responsável com seu devido ateste, devendo ser emitida na entrega dos produtos, conforme as OC ordem de compras.
- 1.2. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, será contado prazo de pagamento a data da sua reapresentação.
- 1.3. O pagamento estará condicionado à apresentação da certidão de regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no parágrafo segundo do Artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 1.4. Todos os pagamentos serão efetuados na sede do município.
- 1.5. A nota fiscal deverá discriminar todas as quantidades e especificações do produto, bem como a licitação originária.
- 1.6. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.
- 1.7. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

Efetuar a entrega dos itens solicitados no prazo máximo de até **15 (quinze) dias** a contar da emissão da OC – ordem de compras, devendo o material requisitado ser entregue no setor de compras do município.

# CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

### 3.1. O FORNECEDOR obrigar-se-á:

- 3.1.1. Executar a Ata de Registro de Preços em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços.
- 3.1.2. Realizar os procedimentos, obedecendo rigorosamente o descrito na proposta.
- 3.1.3. Manter durante a execução da ARP em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000 FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

- 3.1.4. Arcar com as despesas decorrentes de serviços de terceiros que lhe sejam particularmente prestados, tais como profissionais, pessoal, obrigações sociais e trabalhistas, transportes entre outros.
- 3.1.5. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, promovidos por si ou por terceiro sob seu mando ou responsabilidade, na utilização dos serviços.
- 3.1.6. Comunicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as impossibilidades de atendimento, salvo as motivadas por força maior, que serão justificadas por relatórios.
- 3.1.7. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal durante a execução da ARP.
- 3.1.8. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade dos produtos e inclusive do seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe a empresa efetuar a troca dos produtos nos termos do Edital e da legislação vigente.
- 3.1.9. Os produtos que forem entregues em desconformidade, serão rejeitados deverá(ão) ser substituídos e entregues no local, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.

### 3.2. O Município de Antônio Carlos obrigar-se-á:

- 3.2.1. Efetuar o pagamento na forma pactuada neste instrumento.
- 3.2.2. Comunicar imediatamente à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução da Ata.
- 3.2.3. Supervisionar a execução da ata nos termos pactuados.
- 3.2.4. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante contratada, bem como, para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 3.2.5. Designar um gestor para acompanhar a execução da ata.
- 3.2.6. Comunicar imediatamente a ciência do fato, qualquer descumprimento das cláusulas contratuais.
- 3.2.7. Conferir e atestar as notas fiscais, e posteriormente encaminhar para autorizar o pagamento.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

- 4.1. O presente Instrumento poderá ser rescindido nos seguintes casos:
- 4.1.1. Descumprimento das Cláusulas edilícias estabelecidas;
- 4.1.2. Cumprimento irregular das Cláusulas Contratuais estabelecidas;
- 4.1.3. Paralisação no fornecimento sem justa causa;
- 4.1.4. Decretação de falência ou o pedido de concordata;
- 4.1.5. Alteração da razão social com modificação de finalidade ou estrutura de atendimento pertinente do fornecedor, que a juízo do Município, prejudique o fornecimento das cestas básicas:
- 4.1.6. Por razões justificadas que afetam o interesse público;
- 4.1.7. Por qualquer uma das partes, desde que haja comunicação prévia, protocolada pela parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

- 5.1. O não cumprimento das Cláusulas desta Ata de Registro de Preços está sujeito às seguintes penalidades:
- 5.1.1. Advertência:
- 5.1.2. Multa gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, acumulável com as demais sanções;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos e;



AVENIDA HENRIQUE DINIZ, 348 – CENTRO – ANTÔNIO CARLOS – 36220-000. FONE (32) 3346-1350 - MINAS GERAIS

5.1.4. Declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para fazer face às despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária abaixo:

 $\begin{array}{c} 03.010.001.10.301.0004.2.559.3.3.90.30.00 \\ 03.010.001.10.302.0003.2.558.3.3.90.30.00 \\ 03.010.001.10.301.0003.2.570.3.3.90.30.00 \\ 03.010.001.10.305.0010.2.582.3.3.90.30.00 \\ 03.010.002.10.122.0001.2.552.3.3.90.30.00 \\ \end{array}$ 

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente instrumento não poderá ser objeto da cessão ou transferência no todo ou em parte.

### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência do Processo Licitatório nº 015/2019 – Pregão Presencial nº 015/2019 e, para todas as questões oriundas deste fica eleito o Foro da Comarca de Barbacena-MG, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

E, por estarem assim, Município e Fornecedor de acordo com o disposto neste Instrumento, assinam o presente em 03 (três) vias de igual forma e teor.

,	Antonio Carios – MG,	ae	de 2019.
	PREFEITO	) MUNICIPAL	
	Secretári	o de Saúde	
Testemunhas:	Forn	ecedor	
Nome:		Nome:	